



Informativo

APMDFESP

ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 22 Janeiro/Fevereiro-2006

APMDFESP ajuíza Mandado de Segurança contra medida que suspende Licença-Prêmio



APMDFESP busca na Justiça manutenção da Licença-Prêmio para os policiais militares.

O Departamento Jurídico da APMDFESP ajuizou junto ao Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo um Mandado de Segurança Coletivo com Pedido de Liminar contra o Governo Estadual, que baseado em um parecer feito pela Procuradoria Geral do Estado, e cumprido pelo Comandante Geral da Polícia Militar, acabou suspendendo a licença-prêmio de vários policiais. À medida que a entidade busca tornar sem efeito determina também a reavaliação de todos os beneficiários no período de 1996

até 2005. "Isso só faz baixar ainda mais a auto estima dos nossos companheiros. Não temos nenhum tipo de reconhecimento pelo Governo Estadual e agora a Procuradoria Geral do Estado emite um parecer que prejudica diretamente todos os nossos policiais. Um bom patrão sempre defende o seu funcionário. Nesse caso, o Governo sequer questionou o Parecer, e apenas determinou o cumprimento", afirmou Romildo Pytel, diretor jurídico da APMDFESP.

Páginas 2 e 7

Entidade pede demissão do Secretário de Segurança Pública

A APMDFESP, após os novos ataques feitos contra bases e policiais militares - no início do ano, enviou um documento ao Governador pedindo a demissão do Secretário de Segurança Pública. "Nossos policiais são punidos quando agem com rigor contra a criminalidade. Se o Comando da Secretaria estivesse nas mãos de alguém que realmente entende de Segurança Pública, as coisas seriam diferentes. Se o Governador quer realmente continuar sua vida política, precisa dar exemplos de um bom administrador. E demitir o Secretário de Segurança, nomeando um profissional para o cargo, seria, no mínimo, uma atitude inteligente. Persistir no erro é burrice", afirmou o sargento Jefferson, presidente da APMDFESP.



Gratificação para policiais

Associação elogia valores anunciados, mas reivindica que gratificação seja incorporada e estendida para inativos, pensionistas e reformados.

Página 8

Palavra do Presidente

O absurdo da suspensão da licença-prêmio

Mais uma vez o Governo do Estado mostra o quanto é insensível às questões que envolvem o funcionalismo público, em especial aos integrantes da Secretaria de Segurança Pública.

A atitude de suspender as licenças-prêmios é o ápice de uma administração ditatorial. Determinar a re-apresentação imediata dos Policiais que estavam gozando do legítimo direito e do benefício da licença-prêmio é, no mínimo, absurdo.

Afirmar que o Governo apenas cumpriu o que determina um parecer da Procuradoria Geral do Estado é mostrar que o "patrão" não luta pelo seu funcionário, que tanto faz pela segurança da população. Nesse caso, ao invés do Governador buscar uma forma de afrontar o parecer, ele apenas determinou o seu cumprimento. E

o pior: até agora não conhecemos nenhuma medida adotada pelo Governo que resolva, de fato, quais serão os critérios para que o policial goze o direito da licença-prêmio.

É profundamente lamentável que o Governo acredite que os policiais devam ser submetidos aos critérios de punição determinados pelo Estatuto do Servidor Público. O policial não pode e não deve ser tratado da mesma forma como é o funcionário da saúde, da educação e de outras secretarias.

É muita ingenuidade achar que um professor e um médico têm as mesmas agruras profissionais de um Policial.

O Governo deveria, antes de tudo, dar condições dignas de trabalho para nossos companheiros. Certamente depois poderia até cobrar alguma coisa, mas hoje não tem direito de cobrar nada, pois não dá nada para os integrantes da Corporação.

Enfim o que queremos não é, em nenhum momento, fazer apologia do caos. Somos contra qualquer manifestação de afronta as autoridades constituídas. Repudiamos greves ou qualquer outro movimento parecido, porém exigimos que o Governo do Estado tome as devidas medidas para que o policial volte a ter a motivação para continuar combatendo a criminalidade.

Precisamos mostrar para a população que viatura bonita e nova, bons armamentos e farda impecável não resolvem o problema.

Se o policial não for reconhecido, de nada adiantará o Governo continuar fazendo "propaganda" graças aos milagres feitos pelos heróicos policiais paulistas.

A Segurança Pública pode melhorar. É só dar dignidade aos policiais paulistas e devolver os direitos que são aviltados.

Teoricamente a lei só retroagiria para favorecer, mas para os policiais o Governo procura leis para poder puni-los.



“ O Governo deveria, antes de tudo, dar condições dignas de trabalho para nossos companheiros ”

Inaugurada piscina no Centro de Formação de Soldados



Marcelo Estevam, Joaquim Soares e Mario Zan durante inauguração da piscina no CFS de Pirituba

Os Diretores de Patrimônio e do Interior, Marcelo Estevam e Mario Zan, respectivamente, participaram da solenidade de inauguração da piscina semi-olímpica do Centro de Formação de Soldados de Pirituba - Capital.

A obra foi patrocinada pela ADPM e oferecerá aos alunos do Centro mais uma qualificação aos profissionais que estão iniciando suas carreiras na Corporação. "A cada dia nossos policiais recebem melhores qualificações. A ADPM, como sempre, colabora de forma grandiosa com a nossa Corporação", afirmou o diretor de interior Mario Zan.

Para o diretor de patrimônio da APMDFESP, Marcelo Estevam, "é de grande importância a piscina para os alunos. Eles sairão daqui nadando muito bem e isso é mais um ponto positivo para nossos mais novos companheiros".

Os diretores da entidade, acompanhados pelo associado Joaquim Soares de Oliveira Junior, parabenizaram os Comandantes do Centro de Formação de Soldados de Pirituba em oferecerem mais uma opção de aprendizagem. "Acompanhamos de perto o trabalho desenvolvido no CFSd e principalmente o brilhante trabalho desenvolvido pelo Major PM Luiz Flávio Codelo Nascimento", afirmou Marcelo Estevam.

EXPEDIENTE



O **INFORMATIVO APMDFESP** é o órgão informativo da Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo.

Diretoria Executiva

Presidente - Jefferson E. Patriota dos Santos
Vice Presidente - Elcio Inocente
Secretário Geral - Antônio Figueiredo Sobrinho
Secretário Adjunto - Wladimir Garcia de Menezes
Dir. Financeiro - Ely Ribeiro da Silva
Dir. Financeiro Adjunto - Edson Rodrigues dos Santos
Dir. Jurídico - Romildo Pytel
Dir. de Patrimônio - Marcelo Estevam Ribeiro
Dir. de Clínicas e Reabilitação - Elisa G. Henna
Dir. de Esportes, Cultura e Lazer - Renato Saletti Santos
Dir. Social - Roberto Baptista Carneiro
Dir. Social Adjunto - Alexandre Miragaia Araújo
Dir. de Relações Públicas - Ailton Belmiro da Silva
Dir. de Interior - Mário Zan Castro Correa

Conselho Deliberativo

Presidente - Tércio Bispo Molica
Secretário - Décio Martins de Oliveira
Membros - José Ricardo B. de Oliveira, Og Fernandes Filho, Juvenal Vieira dos Santos, Newton Ferreira da Silva, Marcio Tomaz dos Santos, José Cândido dos Reis e Alex Antônio de Oliveira.
Suplentes - João de Melo, Paulo César Garces e Silva, Marcelo Eduardo Dada, Arlindo S. de A. Henrique da Silva Júnior e Adamilson Ribeiro Pinto.

Conselho Fiscal

Presidente - Alvim Franco
Secretário - Laudionor Rodrigues da Silva
Membros - Luiz Antônio Gonzales, Adalberto Rico, Aparecido Gonçalves, Nelson Baraúna Bastos, Josué Rosendo da Silva, Rogério Praxedes Marcolino, Fábio Antônio de Lima.
Suplentes - Roberto Rocha Garcia e Walmir do Nascimento.

Representante em Campinas

Arnaldo Ferreira da Silva

Representante em Mogi das Cruzes

Claudinei Guimarães Simões

Editor Responsável

Abrão B. Dib Junior



Impressão:

EGM Gráfica e Editora Ltda. Tiragem: 20 mil exemplares. Periodicidade: bimestral

"As matérias publicadas neste Informativo podem ser reproduzidas total ou parcialmente, desde que citada a fonte".



APMDFESP
Rua Adolfo Samuel, n.º 14 -
Jardim Santa Inês, Capital.
CEP: 02418-100
Fones: (11) 6952.8090 /
0800-7278090
www.apmdfesp.com.br
relacpublicas@apmdfesp.com.br

Carta do Associado



Prezado sr. Jefferson

É com imenso orgulho que escrevo esta carta para agradecer ao empenho, à dedicação e a simpatia que os funcionários da APMDFESP me ofereceram; em especial à sra. Raquel Vitiello da Silva - Assistente Social.

Há algum tempo atrás precisei realizar o exame de ressonância magnética da coluna lombar, já que sofro de hérnia de disco. Procurei em vários locais, porém sem êxito. Lembrei-me da APMDFESP. Mandeí um email à assistência social e para minha surpresa, obtive resposta em menos de 24 horas pela sra. Raquel que resolveu meu problema.

Outro fato que a APMDFESP me ajudou muito é que minha esposa está com diabetes gestacional e necessita de uma máquina para medir a glicemia. Não pensei duas vezes e entrei em contato com vocês e mais uma vez a sra Raquel me ajudou.

Já fui sócio de outras associações e me desliguei. A única que não me arrependo de ter ficado sócio foi a APMDFESP.

Obrigado sr. Jefferson, que continue com essa administração competente, aliviando o sofrimento dos policiais que precisam e solucionando problemas dos mais necessitados.

Que Deus os abençoe.

Atenciosamente,

Manuel Marques da C. Lopes
Sd PM 920810-A

Entidade pede a demissão do Secretário de Segurança Pública



Em janeiro de 2006 bases e policiais foram novamente atacados pelos marginais, assim como aconteceu em 2003.

O Governador Geraldo Alckmin recebeu em 20 de janeiro de 2006 um documento assinado pelo sargento Jefferson, presidente da APMDFESP, que solicitava a demissão imediata do Secretário de Segurança Pública. Naqueles dias, várias bases da PM foram atacadas em todo o Estado, assim como aconteceu em 2003 quando dois Policiais Militares foram assassinados por integrantes de uma facção criminosa.

“A postura falha e irresponsável do Secretário de Segurança Pública é o único motivo que a APMDFESP indica pelos recentes ataques sofridos pelos Policiais paulistas. Ele utiliza os ataques para ocupar os holofotes da imprensa. Ameaça os bandidos, mas não dá condições para que nossos policiais possam agir com rigor contra a criminalidade”, afirmou o presidente da Entidade.

Para o sargento Jefferson “nossos policiais são punidos quando agem com rigor contra a criminalidade. Se o Comando da Secretaria estivesse nas mãos de alguém que realmente entende de Segurança Pública, as coisas seriam diferentes. Não adianta fazer mega-operações após os ataques. Não temos policiais suficientes

para combater a criminalidade. Hoje, em todo o Estado, a PM tem 93 mil homens. Precisamos de pelo menos mais 20 mil policiais para compor o contingente da Corporação. Nossos companheiros estão estressados e cumprindo escalas massacrantes, além do que são obrigados a fazer bicos, pois os salários são vergonhosos”.

A falta de uma audiência com o Governador revolta o presidente da APMDFESP. “Ele não aceita conversar com os representantes dos Policiais e só ouve o Secretário de Segurança Pública, que no mínimo, fala tudo aquilo que o Governador gostaria de ouvir. Ele desconhece a realidade vivida pelos nossos policiais, mas não nos recebe. Desde maio de 2005 estamos tentando agendar uma audiência, entretanto não conseguimos nenhum aceno positivo para o encontro. A melhor saída do Governador é demitir o Secretário de Segurança Pública e nomear quem realmente entenda de polícia, evitando que outros ataques aconteçam, e mais policiais sejam executados”, afirmou o sargento Jefferson Patriota dos Santos.



ATENÇÃO INATIVOS E PENSIONISTAS

No mês do seu aniversário procure a agência bancária em que tem conta e faça o seu cadastramento.

Se acaso isso não acontecer, o pagamento da pensão poderá ficar retido. Evite problemas.

Procure a sua agência e faça o cadastramento.

Seguros/APMDFESP

- Seguro Pleno para casos de morte de qualquer causa
- Sorteio semanal entre os segurados, pela Loteria Federal, de um prêmio estipulado em R\$ 1.500,00.
- Auxílio Funeral de R\$ 2.000,00, extensivo também no caso de morte da esposa ou filhos do titular.
- Seguro para invalidez parcial ou total, para o titular ou para a esposa.
- Preços com descontos e condições especiais para associados da APMDFESP.

Informações:
0800-7028092

Feres Odontologia



Consultório Odontológico credenciado para atendimento aos associados e dependentes, na Sede da APMDFESP

Av. Nossa Senhora
da Concórdia, 25 - Sala 1
Tremembé • São Paulo
Fone (11) 6953-5979

Sede da APMDFESP
Rua Adolfo Samuel, 14
Santa Inês • São Paulo
Fone (11) 6203-7824

Assembléia Geral reelege, por aclamação, diretoria para gestão 2006/2012



Presidida pelo associado Gilberto Cintra Barra, os assembleístas reelegeram a atual diretoria para a gestão 2006/2012.

Os associados que participaram no dia 16 de fevereiro de 2006 da Assembléia Geral Ordinária da APMDFESP reelegeram, por aclamação, a atual diretoria da entidade para a gestão 2006/2012. O edital de convocação para a Assembléia Geral foi publicado no jornal Diário de São Paulo, edição de 7 de novembro de 2005, e no "Informativo APMDFESP" - edição de outubro/novembro de 2005. "Cumprimos todas as formalidades que determina o Estatuto Social da APMDFESP", afirmou Wladimir Garcia de Menezes, Secretário Adjunto da Entidade.

A chapa encabeçada pelo atual presidente, sargento Jefferson Eduardo Patriota dos Santos, administrará a entidade até 2012. "É mais uma missão que temos que cumprir. A confiança depositada em nós, pelo quadro associativo, aumenta mais ainda a nossa responsabilidade. Hoje a nossa entidade tem um importante papel perante os integrantes da Corporação, e queremos, cada vez mais, ajudar os nossos companheiros, quer sejam da ativa, inativos, reformados ou pensionistas", afirmou o sargento Jefferson.

A Assembléia Geral foi presidida pelo associado Gilberto Cintra Barra. Fizeram parte da mesa dos trabalhos os associados Jair Brandão do Amor Divino, José Carlos Simões Fortuna e Rogério Lemos de Toledo.

"O trabalho dos atuais diretores é excelente. É um trabalho em conjunto. É uma equipe nota 10. Estou satisfeito com os resultados da atual administração. Tanto eu como minha família sempre fomos bem atendidos. Parabéns ao sargento Jefferson e aos demais diretores reeleitos"

Carlos Alberto de Sena - CB.REF.PM - Lavrinhas/SP

"A atual diretoria tem se mostrado boa, no entanto não apareceu ninguém com outras idéias. Concordo com a reeleição, pois tudo está indo muito bem, e como dizem, em time que está ganhando, não se mexe. Os diretores estão fazendo um bom trabalho e é disso que nós precisamos"

Luiz Alberto Bucceroni - 2º TENENTE REF PM - São Paulo/SP

PREPARE-SE PARA O EXAME FÍSICO DA PM

Conte com os profissionais da Escola de Educação Física da Polícia Militar para estar em condições para o exame físico dos Concursos da Corporação.

Documento necessários: 2 (duas) fotos;

Comprovante de endereço e Exame Médico.

Taxa de matrícula R\$ 10,00 mensalidade R\$20,00;

Condição Física: segundas e quartas

Período Matutino: 09:15 às 10:15hs

Período Vespertino: 14:15 às 15:15hs.

Maiores informações: (11) 3229-3622 ou 3229-3859

A atual administração será exercida pelos seguintes associados:

Diretoria Executiva

Jefferson Eduardo Patriota dos Santos - Presidente
Elcio Inocente - Vice Presidente
Antonio Figueiredo Sobrinho - Secretário Geral
Wladimir Garcia de Menezes - Secretário Adjunto
Ely Ribeiro da Silva - Diretor Financeiro
Edson Rodrigues dos Santos - Diretor Financeiro Adjunto
Alexandre Miragaia de Araújo - Diretor Social
Roberto Batista Carneiro - Diretor Social Adjunto
Romildo Pytel - Diretor Jurídico
Marcelo Estevam Ribeiro - Diretor de Patrimônio
Elisa Guskuma Henna - Diretora de Clínica e Reabilitação
Renato Saletti dos Santos - Diretor de Esporte, Cultura e Lazer
Airton Belmiro da Silva - Diretor de Relações Públicas
Mario Zan Castro Correa - Diretor do Interior

Conselho Deliberativo

Tércio Bispo Mólico - Presidente
José Ricardo Barssuglio de Oliveira - Secretário
Marcio Tomaz dos Santos - Membro Efetivo
Luiz Antonio Gonzáles - Membro Efetivo
Newton Ferreira da Silva - Membro Efetivo
Og Fernandes Filho - Suplente
Alex Antonio de Oliveira - Suplente
João de Melo - Suplente

Conselho Fiscal

Décio Martins de Oliveira - Presidente
Aparecido Gonçalves de Oliveira - Secretário
Walmir do Nascimento - Membro Efetivo
Roberto Rocha Garcia - Membro Efetivo
Josué Rosendo da Silva - Membro Efetivo
Joaquim Soares de Oliveira Junior - Suplente
Nelson Baraúna Bastos - Suplente
Ricieri Guimarães de Carvalho - Suplente

Ser Mulher

MULHER

Semente...
SER-mente...
SER que faz gente,
SER que faz a gente.

MULHER

SER policial, mãe, irmã, esposa,
companheira, guerreira, filha...
SER SUPER MULHER...

MULHER...

SER que dá conta,
que vai além da conta,
que multiplica,
divide, soma e subtrai, sem perder a conta,
sem se dar conta, de que esse século foi seu parto,
na direção de seu espaço,
de seu lugar de direito e de fato,
de seu mundo que lhe foi usurpado e que agora é por ela ocupado.

MULHER...

Nesse final de milênio, faça a transição.
Tire de seu coração a semente que vai mudar toda a gente
levando o mundo a ser mais gente...
Um mundo mais feminino,
mais rosado e sensibilizado,
mais equilibrado e perfumado...

PARABÉNS MULHER !!!

Não pelo oito de março,
nem pelo beijo e pelo abraço.
Mas por ser o que és...
A principal essência da natureza humana.





Gratificação para Reformados e Inativos

Depois de um ano, Palácio dos Bandeirantes responde ofício da APMDFESP

Em fevereiro de 2005 o Sargento Jefferson, presidente da APMDFESP, enviou um ofício ao Governador Geraldo Alckmin solicitando informações sobre os estudos realizados pela Comissão Especial para Apresentação de Propostas referentes aos benefícios dos Policiais Portadores de Deficiência, instituída pela Resolução SSP-302 em agosto de 2001.

A Comissão foi criada para apresentar ao Governo sugestões no sentido de oferecer benefícios aos policiais paulistas que foram reformados por invalidez pelas Polícias Militar e Civil.

Após vários estudos, foram apresentados três anteprojetos de lei complementar visando a instituição no âmbito das Polícias, da readaptação, de auxílio reabilitação e até o reaproveitamento dos inativos nas Corporações.

“Os três anteprojetos foram protocolados em 2004 e até agora nada foi feito. Questionamos o Governador sobre o assunto, e para nosso espanto, a resposta, além de demorar quase um ano, nos informa que as sugestões ainda estão em estudo”, afirmou Mario Zan Castro Correa, diretor de interior.

Para Airton Belmiro da Silva, diretor de relações públicas da entidade “a falta de vontade de resolver os problemas dos nossos companheiros é muito grande. O próprio Governador solicitou em 2001 a criação da Comissão para apresentar as sugestões. Depois de muitos estudos, enviamos os três anteprojetos e eles ficaram engavetados. É uma falta de respeito com quem colocou sua própria vida em risco para defender a sociedade”.

Para Roberto Baptista Carneiro, diretor social, “os policiais têm uma redução drástica do salário quando são reformados por invalidez, além de ter seu custo de vida aumentado, pois tudo para nós fica muito mais caro. Como podemos constatar, quando somos reformados, nada mais importamos para o Governo. Devemos ser tratados com dignidade e não desta forma tão desrespeitosa”.



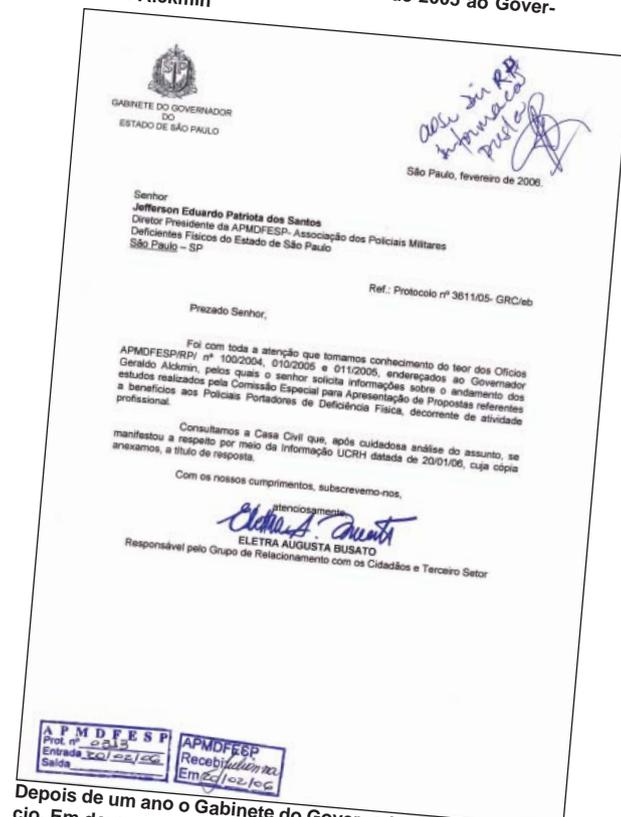
Ofício enviado pela entidade em fevereiro de 2005 ao Governador Geraldo Alckmin

Em face da demora do Governo do Estado em oferecer benefícios para os policiais reformados por invalidez, o Deputado Estadual Rafael Silva apresentou o Projeto de Lei Complementar 29/2005 onde pleiteia que todos os policiais paulistas tenham seus vencimentos acrescidos de um benefício de 25% (vinte e cinco por cento).

Segundo o Deputado Rafael Silva o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, através do artigo 45 da Lei nº 8.213 e Decreto nº 3.048 de junho de 1991, determina que todo aposentado por invalidez, que precisa de ajuda para se locomover, comer ou fazer higiene pessoal, pode ter acrescido 25% (vinte e cinco por cento) ao benefício previdenciário mensal.

Para o parlamentar, “se o PLC 29/2005 for aprovado e concedido o benefício, os Policiais Reformados por Invalidez poderão conquistar melhores condições de vida e a justiça será feita para quem defendeu com o sacrifício da própria vida a comunidade paulista, e hoje é portador de algum tipo de necessidade especial. Se no INSS já existe um acréscimo de 25% aos benefícios, o Governo Estadual também deveria oferecer o mesmo para os policiais”.

O Projeto está tramitando na Assembléia Legislativa e já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.



Depois de um ano o Gabinete do Governador respondeu o ofício. Em documento anexo, a Casa Civil, através da Assistente de Planejamento Andréa Mônaco Janotti, afirma que os estudos sobre os anteprojetos ainda estão em fase conclusiva.

Orientando o paciente

O Setor Clínico: para que serve?



Aceitar a enfermidade e a incapacidade, mesmo que transitórias, é um desafio para todos nós, acostumados a viver de forma acelerada, em luta cotidiana contra os problemas de esferas profissional e pessoal.

Mas e quando, por questão de segundos, passamos de indivíduos independentes para pacientes portadores de algum grau de deficiência? Nunca estaremos preparados para impactos tamanhos em nossas vidas: a perda da independência, o uso de muletas e cadeiras de roda, a perda da fala, a perda da memória. Apenas pensarmos no assunto se experimentarmos os dias e até anos após o trauma, o acidente vascular encefálico, o ferimento por arma de fogo. As únicas formas de navegarmos em um mar tão turbulento são com o auxílio e atenção cuidadosa.

Uma parte do auxílio é obtida graças ao apoio familiar, mas, sem dúvida, a orientação técnica é imprescindível para a recuperação de deformidades, alívio de dor, psicoterapia, orientação funcional, ganho de equilíbrio e recuperação de capacidade de marcha.

É por isso que o Setor Clínico da APMDFESP existe para promover em última instância ganho funcional, independência, redução das incapacidades e recuperação da auto-estima do indivíduo, conforme critérios de inclusão apropriados e respaldados. O Setor conta com amplo corpo clínico, formado por dois médicos reabilitadores (fisiatras), duas fisioterapeutas, uma fonoaudióloga, uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga. O Setor tem a estrutura garantida pela colaboração de uma assistente social, duas secretárias e um amplo ginásio de fisioterapia, equipado por aparelhos e meios físicos e cinesioterapia. A direção do setor é realizada por profissional capacitado em técnicas alternativas de relaxamento e controle de sintomas gerais.



Temos observado o crescimento do setor nos últimos dois anos, com o estabelecimento de protocolos de pesquisa, discussão clínico-acadêmica dos casos, serviço de Capelânia para maior conforto espiritual dos pacientes e a criação de grupos terapêuticos voltados ao atendimento de pacientes com necessidades especiais, tais como o Grupo de Lesados Medulares e o Grupo de Atividades Funcionais. Vale ressaltar o estabelecimento do ambulatório médico de acupuntura e a consagração da Equoterapia como uma técnica de grande valia aos pacientes. O setor ainda tem o potencial e a ambição de crescer ainda mais, se projetos futuros forem colocados na prática, como a contratação de enfermeiro e a aquisição de equipamentos voltados a procedimentos médicos para reabilitação.

Em 2005 foi observado incremento no número de pacientes atendidos, associado ao aumento da qualidade dos serviços prestados/ano: fisioterapia - 5.571; terapia ocupacional - 1.126; fonoaudiologia - 1.555; psicologia - 1818 e serviço médico 1.125.



O grau de satisfação dos pacientes foi de 90%, conforme pesquisa interna de opinião.

Podemos considerar e concluir que o setor clínico presta atendimento de alto nível de eficácia ao público militar/civil, amparando indivíduos em momentos críticos e de fragilidade em suas vidas. Sendo a APMDFESP um órgão voltado ao amparo global do militar, o setor clínico se encontra em

plena consonância com este espírito. Ademais, representa uma força técnica importante e de qualidade aos associados, devendo ser o Setor cada vez mais valorizado dentro e fora da instituição.

O setor clínico se encontra à disposição para dúvidas e esclarecimentos diariamente das 8 às 18h, pelo telefone (11) 6952-8090, no ramal 224 ou 225. Teremos prazer em ouvi-lo.

Dra. Liliana L. Jorge
Médica Fisiatra

Pacientes são destaques no Dia Internacional de Dança Sênior



Grupo da APMDFESP foi destaque durante VIII Mostra Cultural do Idoso

Em comemoração a VIII Mostra Cultural do Idoso organizada por vários órgãos estaduais e municipal e realizada no Centro Cultural São Paulo, pacientes da APMDFESP participaram do 1º Encontro de Grupo de Dança Sênior, que fez parte do calendário oficial do Dia Internacional de Dança Sênior.

O evento teve dois dias de duração e contou com a apresentação de dança, literatura, música e teatro. No segundo dia do evento, aproximadamente 30 grupos de dança sênior se apresentaram. O grupo da APMDFESP, composto por profissionais da área clínica, fisioterapeutas, pacientes e estagiários de fisioterapia da UNIBAN foi destaque durante a Mostra, pois foi a única apresentação de Dança Sênior que contou com cadeirantes.

“Faz parte da nossa programação participar de eventos desse porte. Eleva a auto estima dos nossos pacientes e demonstra que nossa equipe na área clínica é formada por profissionais e estagiários de extrema competência”, afirmou a Diretora de Clínicas e Reabilitação, Elisa Henna.

Departamento Social

Atendimento ao associado

O Departamento Social da APMDFESP, realizou no mês de janeiro de 2006 vários atendimentos, procurando desta forma, minimizar os problemas enfrentados pelos associados. Acompanhe abaixo o que foi fornecido pelo Departamento para o quadro associativo:

sonda traqueal - 200; sonda uretral - 2.600; micropore - 206; xilocaína - 23; soro - 85; cesta - 130; gaze - 4.920; pacote de fraldas - 137; cadeira de rodas - 6; par de muletas - 4; coletor - 170; aparelho p/ medir diabetes - 1; caixa de uripen - 455; caixa de luvas - 25; colchão caixa de ovo - 5; cola ski bond - 6; iroxol pomada - 23; atadura crepon - 137; andador - 1; saco descartável p/ urina - 280; bolsa de colostomia (pacotes) - 20; tala p/ perna - 1; par de rodinhas anti-tombo - 1; gel anti-séptico - 10; pneu p/ cadeira de rodas - 2 e almofada simples - 15.

A única ótica que valoriza a Família Policial Militar

Produtos com preços diferenciados para Policiais e seus familiares...



Armações nacionais e importadas, presentes, solares e lentes de contato em até 4 x sem juros.

E agora o moderníssimo PLANET MOP (Revolucionário Equipamento de Limpeza), exclusividade do Grupo Planet com 20% de descontos para Policiais Militares.

Venha nos visitar e conferir o preço e a qualidade dos produtos que estamos oferecendo aos Policiais Militares

Loja na sede da APMDFESP - Fone (11) 6991-9434

Plantão Jurídico

LICENÇA-PRÊMIO

Liminar pode garantir suspensão de parecer da Procuradoria Geral do Estado

Após a publicação do Boletim Geral PM 028, em 9 de fevereiro de 2006, muitos policiais tiveram suspenso seus pedidos de licença-prêmio enquanto outros que já gozavam dos benefícios precisaram se apresentar em suas Unidades. O Comandante Geral da PM, Coronel Elizeu Éclair Teixeira Borges, atendeu um Parecer da Procuradoria Geral do Estado que determina que os policiais militares se enquadrem nas mesmas regras previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis. Desta forma qualquer punição administrativa causa a extinção do direito à licença-prêmio, ocorrendo a interrupção do bloco de tempo não concluído. “Os policiais militares não devem ser tratados de forma igual. Temos um Regulamento Disciplinar arcaico, onde um cabelo mais cumprido pode ocasionar uma punição administrativa. Para

Pedido de Liminar solicitando a suspensão imediata do Boletim Geral PM 028 que atendeu o Parecer da Procuradoria Geral do Estado. Na ação, os membros do Departamento Jurídico afirmam que “referido ato administrativo ora guerreado está eivado de ilegalidade, uma vez que fundamentado em dispositivo legal aplicado exclusivamente aos policiais civis, divergindo gritantemente da norma aplicável aos policiais militares, que por óbvio, possuem situação jurídica específica”.

Quanto aos policiais que já gozaram da licença-prêmio e que segundo o parecer da Procuradoria Geral do Estado deverão ter seus casos analisados individualmente, a justificativa do Departamento Jurídico da entidade é que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, conforme prevê o artigo 5º, XXVI da Constituição Federal.

No pedido de Liminar, os advogados da APMDFESP afirmam que “o Legislador Constitucional de 1988 foi peremptório nesta questão, quando colacionou que a lei não prejudicará o direito adquirido, cabendo nesse caso a aplicação da regra de hermenêutica segundo a qual onde a lei não distingue, não pode o intérprete fazer distinções”. Consta ainda na petição “que se estes íncritos julgadores não suspenderem imediatamente a aplicabilidade da decisão ora guerreada, corremos o sério risco de ver aumentado ainda mais o desgosto de desenvolver o mister miliciano, agravando, talvez, com o aumento na estatística de policiais militares que se suicidam face sua desonrosa situação financeira”.

Para o sargento Jefferson, presidente da APMDFESP, “o parecer da Procuradoria Geral do Estado é absurdo. Nossos associados podem ser beneficiados se conseguirmos êxito no pedido junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Esperamos para os próximos dias uma manifestação judicial que garanta a manutenção dos benefícios da licença-prêmio para todos os nossos associados”.

“**Os policiais militares não devem ser tratados de forma igual...**”

que uma punição seja inserida na Folha Individual do funcionário público civil ele precisará cometer um erro muito grave, o que na PM, face à inexistência de um Estatuto próprio, não nos dá essa garantia. É quase que impossível um Policial ficar durante 5 anos sem nenhuma punição administrativa”, comentou o sargento Jefferson, presidente da APMDFESP.

Segundo o Coronel PM Lourival Costa Ramos, Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça Militar, “sendo a lei nº 1.543/51 a aplicável aos policiais militares optantes pela Lei Complementar nº 731/93, as penalidades administrativas não influenciam a formação do bloco aquisitivo para fins de concessão do benefício”.

O Departamento Jurídico da APMDFESP, após realizar vários estudos, ajuizou junto ao Desembargador Presidente do Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo um Mandado de Segurança Coletivo com

Deputados realizam reunião para discutir suspensão da licença-prêmio

Atendendo a uma solicitação do Deputado Estadual Rafael Silva, os presidentes das entidades representativas dos Policiais Militares estiveram reunidos na Assembléia Legislativa para discutir o parecer da Procuradoria Geral do Estado. Após o encontro, o parlamentar acatou sugestão dos representantes das entidades e encaminhou ao Procurador Geral do Estado um documento solicitando a reavaliação imediata do parecer que determinou a suspensão da licença-prêmio.

Durante o encontro também foi aprovado, por unanimidade, a criação imediata de uma Frente Parlamentar de Defesa dos Policiais Paulista, que será formada por vários Deputados Estaduais. O objetivo da Frente é estar sempre atenta a todos os problemas que envolvem os integrantes da Corporação. “Os policiais militares merecem uma atenção especial. A Frente terá um papel importante e deve garantir os benefícios dos integrantes da Corporação, assim como lutar por outros”, afirmou o Deputado Estadual Rafael Silva, responsável pela formação da Frente Parlamentar.

Gratificação para policiais

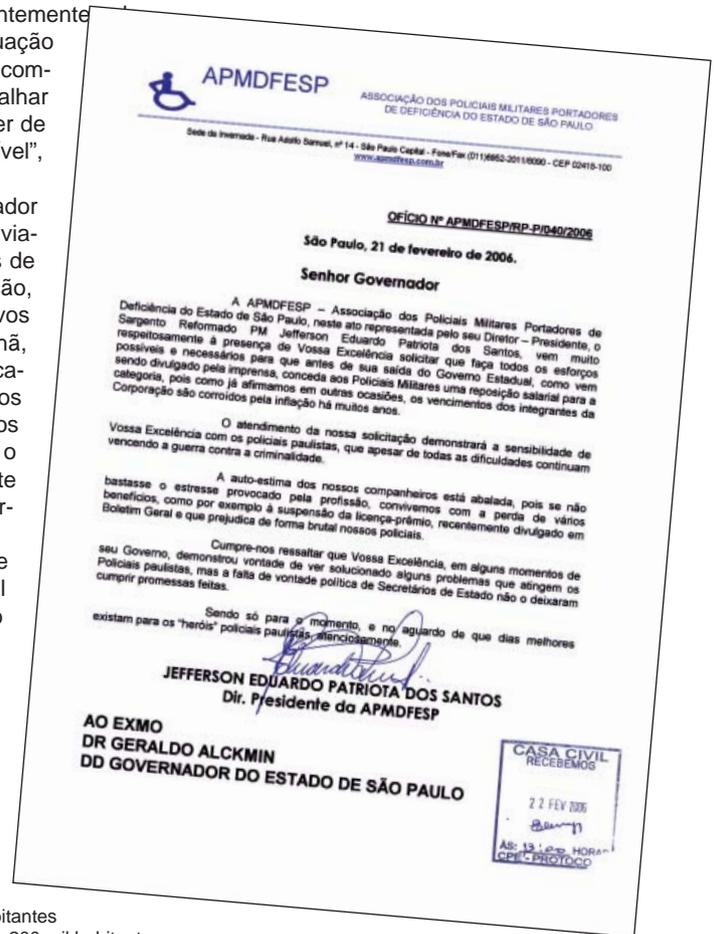
“Policiais da ativa merecem atenção especial, mas inativos, pensionistas e reformados não devem ser discriminados”, afirma presidente da APMDFESP

O anúncio das gratificações para os policiais paulistas da ativa, feito recentemente pelo Governador deixou os membros da diretoria da APMDFESP em uma situação difícil. “Primeiro porque temos que garantir essa gratificação para os nossos companheiros que estão na ativa. Buscaremos, na Assembléia Legislativa, trabalhar para que o projeto encaminhado pelo Governador seja aprovado em caráter de urgência, para que nossos policiais recebam a gratificação o mais breve possível”, afirmou Elcio Inocente, vice presidente da entidade.

Por outro lado, a entidade já começa a se movimentar para que o Governador estenda a gratificação para os inativos, pensionistas e reformados. “Nós enviamos um documento ao Governador solicitando que ele concedesse, antes de sua saída do Governo, a reposição salarial para os integrantes da Corporação, mas não esperávamos que ele criasse uma gratificação, distinguindo os ativos dos inativos. Hoje todos os que estão na ativa, têm a gratificação, mas amanhã, quando forem para a reserva deixarão de receber. É necessário que a gratificação seja incorporada aos salários e mais, que os inativos, as pensionistas e os reformados também sejam favorecidos por uma reposição salarial. Os inativos sofrem as mesmas dificuldades dos policiais da ativa, com uma agravante, o custo de vida é mais caro, o salário é reduzido - após a reforma, e dificilmente consegue um ‘bico’, por causa da idade ou sua condição física”, disse o sargento Jefferson, presidente da Entidade.

A APMDFESP enviou ao Palácio dos Bandeirantes, em 21 de fevereiro de 2006 um ofício solicitando ao Governado que concedesse a reposição salarial aos policiais paulistas. “Nossos salários estão corroídos pela inflação em pelo menos 35%. No final do ano passado tivemos um índice ridículo de reposição salarial. A gratificação é muito bem vinda, desde que seja incorporada, mas é necessário que também seja estendida para quem dedicou toda a sua vida para a Corporação. Não devemos ser discriminados”, afirmou Edson Rodrigues dos Santos, diretor financeiro adjunto da entidade.

Segundo Romildo Pytel, diretor jurídico da APMDFESP, “nós já conseguimos na Justiça, ganhar o GAP para vários inativos. Se preciso for, iremos novamente ao Judiciário, provar que não deve haver distinção entre ativos



Como será a gratificação

- R\$ 100,00 para todos os Policiais que trabalham em municípios com menos de 50 mil habitantes
 - R\$ 200,00 para todos os Policiais que trabalham em municípios com população entre 50 e 200 mil habitantes
 - R\$ 350,00 para todos os Policiais que trabalham em municípios com população entre 200 e 500 mil habitantes
 - R\$ 500,00 para todos os Policiais que trabalham em municípios com população acima de 500 mil habitantes
- O pagamento só será feito após a aprovação da Assembléia Legislativa. O Governo espera que possa pagar no salário de maio.

FECHAMENTO AUTORIZADO PODE SER ABERTO P/ ECT PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO ENCONTRADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N. INDICADO	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___
EM ___/___/___ RESPONSÁVEL _____

